



401 – FISCAL DE TRIBUTOS

LÍNGUA PORTUGUESA

A idosa que passa o tempo ensinando como entrar para a história fazendo o que ninguém consegue

Mauro Condé

“Desistir não é estratégia”.

Acabo de voltar de uma viagem rumo ao conhecimento, usando como meio de transporte excelentes filmes disponíveis na Netflix.

Eles me levaram para Havana, capital de Cuba, onde fui recebido por Diana Nyad, a quem fui logo pedindo:

Ensina-me algo que eu ainda não saiba e tenha o poder de mudar a minha vida para melhor.

— Acredite ... você nunca será velho demais para desistir dos seus sonhos ... qualquer que seja a sua outra margem... o que quer que você queira fazer... o que quer que te inspire... você sempre encontrará uma maneira de chegar lá.

Onze anos atrás, quando Nyad tinha 64 anos, ela acordou durante um pesadelo, lembrando que a vida é caótica, que a gente não controla o tempo e que vivemos para morrer um dia.

Alguma vez na sua vida você também já pensou assim?

Ela não esperou o dia clarear, acordou aos gritos a sua melhor amiga e treinadora de longa data, dizendo-se decidida a retornar ao desafio de nadar os mais de 160 km de Cuba até a Flórida, por quase 60 horas ininterruptas (quase uma hora para cada ano de vida)... feito que ela já tinha tentado um punhado de vezes sem sucesso, a primeira quando tinha 28 anos.

Foi taxada de louca varrida.

Você conhece alguém irritantemente determinado e teimoso desse jeito?

E acredita que ela mandou pintar a frase... “O diamante é um carvão que só se transformou porque foi submetido a alta e constante pressão”... na parede do seu quarto?!

Rapidamente Nyad persuadiu a treinadora a embarcar no seu sonho, depois de tantos anos, e organizou um pequeno time de apoio com coadjuvantes melhores do que ela, gente boa... a treinadora, velejadores, médicos e meteorologistas... todos incrédulos diante de tanta chama acesa numa pessoa só.

Ocê acredita que pouco tempo depois ela pulou na água do mar de Cuba e enfrentou as maiores adversidades pelo caminho?... tubarões, águas vivas, desvios de rota por causa

da traiçoeira corrente do Golfo, a alta temperatura das águas daquela região.

E que, desta vez, ela finalmente chegou do outro lado do seu sonho, através de uma heróica trajetória, braçada a braçada, até Miami?

Desde que assisti ao filme Nyad, eu não tiro da cabeça aquela música dos Beatles “When I’m sixty-four (Quando eu tiver 64 anos)”... Estranhei sua ausência na ótima trilha sonora.

Disponível em: <https://www. hojeemdia.com.br/opiniao/opiniao/a-idosa-que-passa-o-tempo-ensinando-como-entrar-para-a-historia-fazendo-o-que-ninguem-consegue-1.1007486>

01) Após leitura e análise de *A idosa que passa o tempo ensinando como entrar para a história fazendo o que ninguém consegue*, assinale, entre as inferências expostas a seguir, aquela que NÃO pode ser comprovada pelo texto.

- (A) O cronista esteve de corpo presente com Diana Nyad, de 64 anos, em viagem realizada a Havana, capital de Cuba.
- (B) Diana Nyad conseguiu, aos 64 anos de idade, concretizar seu desejo de nadar mais de 160 km entre Cuba e a Flórida, apesar de todas as condições desfavoráveis, após haver tentado, inúmeras vezes e sem êxito, realizar o feito.
- (C) A equipe de colaboração formada por Nyad demonstrava ceticismo com relação ao otimismo da mulher.
- (D) O sucesso de Diana Nyad foi alcançado anos antes de o texto haver sido escrito.

02) A seguir são tecidas algumas considerações sobre aspectos presentes no texto. Assinale aquela que NÃO pode ser classificada como correta.

- (A) Com a declaração “Estranhei sua ausência na ótima trilha sonora.”, o cronista quis dizer que, embora a trilha sonora do filme a que se refere seja excelente, a música dos Beatles se encaixaria perfeitamente nessa trilha.
- (B) Há, no texto, uma diversidade de vozes que intervêm nele.
- (C) O fato relatado nas primeiras cinco linhas do oitavo parágrafo mostra uma atitude de convicção e firmeza por parte de Nyad.
- (D) Não é aceitável neste texto o emprego da forma “Ocê”, pelo fato de essa forma configurar uma marca da oralidade e o texto exigir apenas o uso de linguagem formal.

03) Uma porcentagem das palavras da língua portuguesa recebe acento gráfico. A acentuação de tais palavras é feita seguindo regras definidas, a fim de que haja uma unidade no que diz respeito ao tema. Quanto à acentuação gráfica e o acordo ortográfico vigente, examine as afirmações abaixo, indicando a INCORRETA.

(A) A palavra “alguém” (parágrafo 10) se acentua graficamente por ser um vocábulo cuja sílaba tônica é a última terminado em *-m*.

(B) Caso a palavra “heróica” (penúltimo parágrafo) houvesse sido grafada conforme o acordo ortográfico vigente, teria sido escrita sem o acento gráfico, visto que se trata de uma paroxítona com ditongo aberto.

(C) “disponíveis” (2º parágrafo) recebe acento gráfico por ser uma palavra paroxítona terminada em ditongo oral.

(D) Acentua-se “caótica” (6º parágrafo) em razão de ser uma palavra proparoxítona e levando-se em consideração que todas as proparoxítonas são acentuadas.

04) “Desde que assisti ao filme Nyad” (último parágrafo) Relativamente à regência do verbo “assistir” no contexto acima, pode-se afirmar que o verbo rege a preposição “a” quando ele possui o sentido de “estar presente”, “presenciar”. Quanto à regência dos verbos sublinhados, assinale a opção que apresenta desvio das normas.

(A) Não visava a lucros e, sim, ajudar o próximo.

(B) Simpatizo com os humildes, com os sinceros.

(C) Perdoe-lhe esse riso.

(D) Todos o obedeciam porque tinham medo.

05) Analise as asserções a seguir e a relação entre elas:

I. Ao final do texto, o autor menciona uma canção da banda *The Beatles* chamada *When I'm Sixty-Four* (Quando eu tiver 64 anos). Ao fazer isso, relaciona explicitamente os textos

PORQUE

II. pratica intertextualidade por meio de citação de uma obra cultural cuja ideia se aproxima da mensagem transmitida no texto de Mauro Condé.

Assinale a opção CORRETA.

(A) As duas asserções são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.

(B) As duas asserções são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

(C) A primeira asserção é verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.

(D) A primeira asserção é falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.

06) “Nyad persuadiu a treinadora” (parágrafo 12)

Apenas um dos verbos abaixo se opõe diretamente ao verbo *persuadir* e, caso substituísse este verbo, alteraria para um sentido exatamente contrário a ideia que se quis passar. Assinale-o.

(A) esbater

(B) impelir

(C) demover

(D) confluir

07) Acerca dos sinais pausais e melódicos que marcam a pontuação nos fragmentos retirados do texto, NÃO está em conformidade com as normas uma das considerações apresentadas. Indique-a.

I. — *Acredite ... você nunca será velho demais* (5º parágrafo)

II. *“O diamante é um carvão [...] e constante pressão”* (parágrafo 11)

III. *, capital de Cuba,* (3º parágrafo)

IV. *na parede do seu quarto?!* (parágrafo 11)

(A) O travessão, no item I, indica a mudança de interlocutor.

(B) No item II, as aspas foram empregadas no início e no fim de uma citação para distingui-la do resto do contexto.

(C) As vírgulas, no item III, servem para isolar o adjunto adverbial antecipado.

(D) O emprego do ponto de interrogação seguido do ponto de exclamação, no item IV, acentua a atitude de expectativa do cronista.

08) Com relação à função sintática desempenhada pelos termos destacados nos segmentos abaixo, está EM CONFORMIDADE com as regras de sintaxe o que se afirma em qual das opções?

I. “Eles me levaram para Havana” (3º parágrafo)

II. “a quem fui logo pedindo” (3º parágrafo)

III. “acordou aos gritos a sua melhor amiga e treinadora de longa data” (8º parágrafo)

(A) Os termos destacados nos três itens são considerados objeto indireto e desempenham função de complemento de seus respectivos verbos.

(B) “me”, no item I, exerce a função de objeto direto de “levaram”.

(C) O termo destacado em II pode ser sintaticamente classificado como complemento nominal de Diana Nyad.

(D) Em III, o termo grifado é um objeto indireto de “acordou”, a este verbo ligado por meio de preposição.

09) Quanto à classificação morfológica do “que” nos fragmentos retirados do texto, está INCORRETA a especificação posta à frente do segmento na opção:

- (A) “que pouco tempo depois” (parágrafo 13) → conjunção subordinativa integrante
- (B) “que ela já tinha tentado” (8º parágrafo) → pronome relativo
- (C) “do que ela” (parágrafo 12) → conjunção subordinativa comparativa
- (D) “E que, desta vez, ela” (parágrafo 14) → pronome interrogativo

10) Considerando os tempos e modos bem como as especificidades das formas verbais nos seguintes fragmentos retirados do texto, marque a opção que apresenta uma análise INCORRETA acerca delas.

- I. “Ensina-me algo” (4º parágrafo)
- II. “ainda não saiba” (4º parágrafo)
- III. “você queira” (5º parágrafo)
- IV. “Eles me levaram” (3º parágrafo)

- (A) “saiba” (item II) está flexionada na 1ª pessoa do singular do presente do subjuntivo.
- (B) A forma verbal empregada no item I encontra-se na 3ª pessoa do singular do imperativo afirmativo.
- (C) A forma verbal do item III encontra-se flexionada na 3ª pessoa do singular do presente do subjuntivo.
- (D) No item IV, a forma verbal está na 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo.

CONHECIMENTOS DE LEGISLAÇÃO (ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)

11) As regras referentes ao Estágio Probatório preveem a realização de avaliação especial de desempenho. Analise os itens a seguir, considerando as disposições normativas do Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ:

- I - Constitui condição necessária à aquisição de estabilidade, nos termos da Constituição da República de 1988, a avaliação especial de desempenho.
- II - A avaliação especial de desempenho, durante o período de estágio probatório, ocorrerá a cada 06 (seis) meses.
- III - A avaliação especial de desempenho, durante o estágio probatório, poderá ser diferenciada de acordo com as características do cargo e da unidade da respectiva lotação.
- IV - Na avaliação especial de desempenho são considerados determinados critérios de julgamento, entre eles: assiduidade e pontualidade.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) Todas estão corretas.

12) Considerando as normas do Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ, analise o seguinte artigo e marque a opção que preenche CORRETAMENTE as lacunas abaixo:

“A _____ dar-se-á com a assinatura, pela autoridade competente e pelo _____, do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres e as responsabilidades inerentes ao cargo ocupado, que resultarão aceitos, com compromisso de bem servir.”.

- (A) investidura e investido, respectivamente
- (B) posse e empossado, respectivamente
- (C) nomeação e nomeado, respectivamente
- (D) assunção e exercente, respectivamente

13) Nos termos do Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ, marque a opção INCORRETA sobre a temática “Tempo de Serviço”.

- (A) O início, a interrupção e o reinício do exercício de cargo ou função serão registrados no assentamento individual do servidor.
- (B) O aproveitamento e a readaptação interrompem o exercício, que será contado no novo cargo a partir da validade do ato.
- (C) A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
- (D) Além de outras ausências ao serviço previstas no Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ, serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de afastamento preventivo por processo disciplinar se o servidor nele for declarado inocente, ou se a punição se limitar à pena de advertência.

14) Sobre a matéria tributária municipal, marque a opção INCORRETA, nos termos da Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ.

- (A) As taxas não poderão ter base de cálculo próprio de imposto.
- (B) A Contribuição de Melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total a despesa realizada.
- (C) As taxas só poderão ser instituídas por lei Municipal em razão do exercício do Poder de Política ou pela utilização efetiva de serviços específicos e indivisíveis prestados ao contribuinte, ou postos a sua disposição pelo Município.
- (D) É vedado conceder isenção de taxas.

15) Segundo a Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, no que se refere ao Desenvolvimento Urbano do Município, para efeito de aprovação de Projeto de loteamento comercial, é exigível a comprovação das obras de infraestrutura do empreendimento, que compreende, EXCETO:

- (A) Calçamento ou pavimentação de ruas e meio fio.
- (B) Colocação de postes para rede elétrica.
- (C) Implantação de espaços de lazer com reserva de 5% (cinco por cento) destinada à área verde.
- (D) Galerias de águas pluviais.

16) O Capítulo I, do Título III “dos Direitos e Vantagens” dos Servidores de Rio Bonito, trata da “Jornada de Trabalho”. Considerando expressamente a regra estipulada no Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ referente à jornada normal de trabalho dos servidores municipais, marque a opção CORRETA.

(A) A jornada normal de trabalho dos servidores municipais, salvo disposição em contrário, será de 20h (vinte horas) semanais para os cargos efetivos de exigência de nível superior, de 30h (trinta horas) semanais para os cargos efetivos de exigência de nível médio e de 40h (quarenta horas) semanais para os demais cargos.

(B) A jornada normal de trabalho dos servidores municipais, salvo disposição em contrário, será de 30h (trinta horas) semanais para os cargos efetivos de exigência de nível superior, de 40h (quarenta horas) semanais para os cargos efetivos de exigência de nível médio e de 44h (quarenta e quatro horas) semanais para os demais cargos.

(C) A jornada normal de trabalho dos servidores municipais, salvo disposição em contrário, será de 30h (trinta horas) semanais para os cargos efetivos de exigência de nível superior, de 40h (quarenta horas) semanais para os demais cargos.

(D) A jornada normal de trabalho dos servidores municipais, salvo disposição em contrário, será de 20h (vinte horas) semanais para os cargos efetivos de exigência de nível superior, de 40h (quarenta horas) semanais para os cargos efetivos de exigência de nível médio e de 44h (quarenta e quatro horas) semanais para os demais cargos.

17) Acerca das Competências Municipais dispostas na Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ, marque a opção INCORRETA.

(A) Compete ao Município ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horário para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e horário bancário para atendimento ao público.

(B) Compete ao Município promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

(C) Compete ao Município prover sobre a limpeza das vias e dos logradouros públicos remoção e destino do lixo domiciliar ou não, bem como de outros detritos e resíduos de qualquer natureza.

(D) Compete ao Município regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes de anúncios, bem como a utilização de qualquer outro meio de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao Poder de Polícia Municipal.

18) Está previsto na Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ que a Câmara Municipal, bem como qualquer de suas Comissões, mediante comunicação prévia ao Executivo, poderá convocar Secretário Municipal para prestar informações sobre assunto previamente determinado. Neste sentido, a ausência sem justificativa adequada, com base nessa Lei, importa em:

(A) Infração Política

(B) Infração Administrativa

(C) Improbidade Administrativa

(D) Crime de Responsabilidade

19) Marque a opção que define CORRETAMENTE o conceito de *jeton* de acordo com o estipulado pelo Estatuto dos Servidores do Município de Rio Bonito/RJ.

(A) É uma verba indenizatória por instrução em Programas de Treinamento e Capacitação. Ao servidor que desempenhar atividades de instrução em cursos de capacitação pessoal a servidores será concedida verba indenizatória por instrução em programas de treinamento e capacitação, também denominada *jeton*, correspondendo a 3% (três por cento) do vencimento base por hora mediante ato do chefe de poder ou dos dirigentes das autarquias e fundações públicas, limitadas ao período de 40 (quarenta) horas/aula no ano.

(B) É uma gratificação por participação em Órgão de deliberação coletiva. Aos servidores designados para participar de comissões permanentes instituídas por lei específica poderá ser concedida uma gratificação, também denominada *jeton*, na forma e valor previsto em lei específica.

(C) É uma gratificação de difícil acesso. Será concedida a gratificação de difícil acesso aos servidores efetivos que exerçam suas atividades em localidades em que não haja transporte público regular no trajeto compreendido entre a sede da secretaria municipal a que o servidor pertença e sua localidade de trabalho e estejam a mais de 7 (sete) km da sede do Município e os horários do transporte público regular não guardem correlação com o horário de trabalho do servidor.

(D) É uma gratificação de produtividade. Aos servidores, em pleno exercício, investidos em cargos para os quais sejam estabelecidas metas especiais de desempenho, poderá ser concedida gratificação de produtividade, também denominada *jeton*, instituída em lei específica.

20) Sobre o disciplinado pela Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito/RJ referente aos servidores públicos municipais, marque a opção CORRETA.

(A) É defeso ao servidor público o direito à livre associação sindical observado, no que couber, o disposto no artigo 8º da Constituição Federal.

(B) O desconto em folha de pagamento, pelos órgãos competentes da Administração Pública é obrigatório em favor de entidade de classe sem fins lucrativos, devidamente constituída e registrada, desde que regular e autorizado pelo associado, tácita ou expressamente.

(C) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar municipal.

(D) A lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo poder ou entre os de servidores dos poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) Nos termos do Código Tributário do Município de Rio Bonito, especificamente sobre o Lançamento e Recolhimento do ITBI, marque a opção CORRETA.

(A) O ITBI poderá ser parcelado em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, contudo a Certidão de Quitação do ITBI somente será expedida com a quitação integral do parcelamento.

(B) O ITBI poderá ser parcelado em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas. A Certidão de Quitação do ITBI será expedida com o pagamento da 1ª (primeira) parcela.

(C) O ITBI poderá ser parcelado em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas. A Certidão de Quitação do ITBI será expedida com o pagamento da 1ª (primeira) parcela.

(D) O ITBI poderá ser parcelado em até 5 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, contudo a Certidão de Quitação do ITBI somente será expedida com a quitação integral do parcelamento.

22) Além dos tributos que forem transferidos pela União e pelo Estado, integram o Sistema Tributário do Município, nos termos do Código Tributário do Município de Rio Bonito, EXCETO:

(A) Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimento em Horário Extraordinário.

(B) Taxa de custeio de serviços de iluminação pública.

(C) Taxa de Licenciamento e Fiscalização de Obras Realizadas em Logradouros Públicos.

(D) Taxa de Fiscalização de Máquina, de Motor e de Equipamento Eletromecânico.

23) Sobre o IPTU, marque a opção INCORRETA, nos termos do Código Tributário do Município de Rio Bonito:

(A) É possível que imóveis localizados fora do perímetro urbano sejam considerados imóveis urbanos para efeito de lançamento de IPTU, caso exerçam, predominantemente, atividades urbanas, e se enquadrem no fato gerador do referido tributo, conforme definição do Código Tributário do Município de Rio Bonito.

(B) Para os efeitos desse imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos do artigo 11 do Código Tributário do Município de Rio Bonito, construídos ou mantidos pelo Poder Público, tal como: escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 2,0 (dois) quilômetros do imóvel considerado.

(C) Considera-se ocorrido o fato gerador do IPTU no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro.

(D) A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do artigo 11 do Código Tributário do Município de Rio Bonito.

24) Em relação ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza para profissionais autônomos, marque a opção CORRETA com base no Código Tributário do Município de Rio Bonito.

(A) O lançamento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza para profissionais autônomos será anual e o recolhimento no prazo e nas datas estabelecidos em regulamento, facultado o parcelamento ou o pagamento em parcela única com desconto de 15% (quinze por cento).

(B) O lançamento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza para profissionais autônomos será anual e o recolhimento no prazo e nas datas estabelecidos em regulamento, facultado o parcelamento ou o pagamento em parcela única com desconto de 5% (cinco por cento).

(C) A prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, que não tenha, a seu serviço, empregado da mesma qualidade profissional.

(D) Dentre outros, considera-se serviço pessoal do próprio contribuinte o serviço prestado por firmas individuais.

25) As empresas locadoras de aparelhos, máquinas e equipamentos instalados nos estabelecimentos dos respectivos locatários para prestar serviços a terceiros, ao emitirem Notas Fiscais correspondentes a essas locações, farão constar do corpo desses documentos o valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, devido pelo locatário, a ser cobrado juntamente com o preço da locação, desde que locador e locatário sejam estabelecidos no município. Servirá de referência para cálculo do imposto, nos termos do Código Tributário do Município de Rio Bonito:

(A) A soma do valor de aluguel devido pelo locatário mais a parcela de 30% (trinta por cento), no caso de máquina para reprografia; 40% (quarenta por cento), no caso de equipamentos para processamento de dados ou computação eletrônica de qualquer natureza; 50% (cinquenta por cento), no caso de aparelhos para jogos e diversões, inclusive eletrônicos.

(B) O valor de aluguel devido pelo locatário.

(C) A soma do valor de aluguel devido pelo locatário mais o valor da alíquota do ISSQN.

(D) A soma do valor de aluguel devido pelo locatário mais a parcela de 10% (dez por cento) sobre o valor do equipamento alugado.

26) Considerando as espécies de Cadastro Fiscal elencadas no Código Tributário do Município de Rio Bonito, o Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende, EXCETO:

(A) Cadastro Mobiliário – CAMOB

(B) Cadastro de Publicidade – CAP

(C) Cadastro de Aparelho de Transporte - CAPAT

(D) Cadastro de Veículo de Carga – CAVEC

27) Na existência de obrigações tributárias, principais ou acessórias, o sócio, o titular ou o administrador da microempresa e da empresa de pequeno porte, que se encontrar sem movimento há mais de _____, poderá solicitar a baixa das inscrições e licenças concedidas pelos órgãos municipais, independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega de declarações desses períodos, observado que: a baixa referida não impedirá que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades decorrentes da falta de recolhimento ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades exercidas pelos empresários, pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por seus titulares, sócios ou administradores; e a solicitação de baixa importará responsabilidade solidária dos titulares, dos sócios e dos administradores no período de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Qual o período que preenche CORRETAMENTE a lacuna acima, de acordo com o Código Tributário do Município de Rio Bonito?

- (A) 06 (seis) meses
- (B) 12 (doze) meses
- (C) 18 (dezoito) meses
- (D) 180 (cento e oitenta) dias

28) Com fulcro nas definições do Código Tributário do Município de Rio Bonito referente ao estabelecimento extrativista, produtor, industrial, comercial, social e prestador de serviço, marque a opção INCORRETA.

- (A) Estabelecimento é o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades econômicas ou sociais, sendo irrelevantes para sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas, excetuando-se o local onde forem exercidas as atividades de diversões públicas de natureza itinerante.
- (B) A residência de pessoa física, quando de acesso ao público em razão do exercício da atividade profissional se enquadra como Estabelecimento.
- (C) Na circunstância da atividade, por sua natureza, ser executada, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não descaracterizará o estabelecimento como tal.
- (D) A existência do estabelecimento é indicada pela conjunção, parcial ou total, dos seguintes elementos: manutenção de pessoal, material, mercadoria, máquinas, instrumentos e equipamentos; estrutura organizacional ou administrativa; inscrição nos órgãos previdenciários; indicação como domicílio tributário para efeito de outros tributos; permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica da atividade exteriorizada, através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás.

29) Marque a opção CORRETA referente aos resíduos sólidos de saúde de particulares, nos termos do Código Tributário do Município de Rio Bonito.

- (A) O recolhimento de resíduos sólidos de saúde de particulares compõe obrigação municipal, cobrada mediante Taxa de Resíduos Sólidos de Saúde – TRSS.
- (B) O recolhimento de resíduos sólidos de saúde de particulares compõe obrigação municipal, cobrada mediante Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares – TRSD.
- (C) Serão considerados munícipes-usuários dos serviços de Taxa de Resíduos Sólidos de Saúde – TRSS, as pessoas físicas ou jurídicas inscritas no Cadastro Imobiliário Fiscal do Município.
- (D) O recolhimento de resíduos sólidos de saúde de particulares não compõe obrigação municipal e deverão ser efetuadas sob a responsabilidade dos próprios particulares, sendo comprovados aos Órgãos Fiscalizadores através do CDR – Certificado de Destinação de Resíduos ou documento equivalente que atestará a destinação final correta.

30) Constitui infração a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe inobservância, por parte do sujeito passivo ou de terceiros de normas estabelecidas na legislação tributária. A aplicação de penalidade decorrerá da infração praticada, observada a legislação. Assim, considere as positivamente do Código Tributário do Município de Rio Bonito e marque a opção INCORRETA acerca das penalidades aplicáveis àquele que praticar ação ou omissão de natureza infracional.

- (A) Será considerado infrator todo aquele que cometer, constringer ou auxiliar alguém a praticar infração, e, ainda, os responsáveis pela execução das leis e outros atos normativos baixados pela Administração Municipal que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.
- (B) A aplicação de penalidade de natureza penal, cumulada com multa, dispensará o pagamento do tributo, quando o valor da multa for igual ou superior ao valor lançado como obrigação tributária.
- (C) As infrações serão punidas, separadas ou cumulativamente, com as cominações previstas em lei.
- (D) Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com a orientação ou interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa orientação ou interpretação.

31) O Código Tributário do Município de Rio Bonito estipula que qualquer entrada de numerário de origem não comprovada por documento hábil constitui, expressamente:

- (A) indício de omissão de receita
- (B) sonegação fiscal
- (C) crime contra a ordem tributária
- (D) violação à legislação e ordem tributária

32) Sobre a Suspensão da exigibilidade do crédito tributário, disposta no art. 472 do Código Tributário do Município de Rio Bonito, marque a opção INCORRETA, de acordo com o referido diploma legal.

(A) A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário.

(B) Não impugnado no prazo legal o lançamento, o crédito será definitivamente constituído.

(C) As espécies de suspensão de exigibilidade do crédito tributário, elencadas no artigo 472 do Código Tributário do Município de Rio Bonito constituem um rol exemplificativo (*numerus apertus*).

(D) A Suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

33) Acerca da “Dívida Ativa”, marque a opção CORRETA, nos termos do Código Tributário do Município de Rio Bonito.

(A) O período de cobrança amigável na Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças terá início com a data do lançamento do crédito e se encerrará com a propositura da execução fiscal.

(B) A Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças encaminhará à Procuradoria Geral do Município até o sexto mês do exercício subsequente da constituição definitiva, os créditos não adimplidos, com vistas a sua inscrição em Dívida Ativa.

(C) A Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças efetuará a cobrança amigável dos débitos em aberto que ainda não tenham sido inscritos em Dívida, utilizando-se, inclusive, de comunicação eletrônica, exceto com a finalidade de encaminhar notificações e intimações.

(D) Os créditos tributários e não tributários, independente do valor, deverão ser ajuizados, por meio da Procuradoria Geral do Município, para efetivação da cobrança e respectiva liquidação.

34) Nos termos do Código Tributário do Município de Rio Bonito, é vedado ao Município instituir tributos, EXCETO, sobre:

(A) o patrimônio ou os serviços de outros Municípios.

(B) fiscalização de ocupação e de permanência em áreas públicas ou privadas, em vias e em logradouros públicos.

(C) o patrimônio ou os serviços de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e de instituições de educação ou de assistência social.

(D) o jornal, o livro e os periódicos, assim como o papel destinado exclusivamente à sua impressão.

35) Considerando as disposições do Código Tributário do Município de Rio Bonito acerca do Imposto Sobre a Transmissão *Inter Vivos* a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, marque a opção INCORRETA, com base no referido Código.

(A) É contribuinte do imposto o adquirente do bem.

(B) É contribuinte do imposto ou cessionário do direito.

(C) Na permuta, o contribuinte do imposto será cada um dos permutantes.

(D) O transmitente do bem é contribuinte do imposto.

36) Considerando o instituto: “Domicílio Tributário”, marque a opção INCORRETA.

(A) Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal, quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.

(B) Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal, quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.

(C) Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal, quanto às pessoas jurídicas de direito público, o lugar da sua sede, conforme disposto em seu estatuto.

(D) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, considerando-se, como domicílio tributário do contribuinte ou responsável, o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

37) Acerca das hipóteses de Interpretação e Integração da Legislação Tributária, sabe-se que a legislação tributária será interpretada conforme o disposto no Código Tributário Nacional. Razão pela qual, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada, os seguintes instrumentos:

(A) 1º: a analogia; 2º: os princípios gerais de direito tributário; 3º: os princípios gerais de direito público; 4º: a equidade

(B) 1º: os princípios gerais de direito constitucional; 2º: os princípios gerais de direito tributário; 3º: os princípios gerais de direito público; 4º: a analogia

(C) 1º: a analogia; 2º: os costumes; 3º: os princípios gerais de direito

(D) 1º: os princípios gerais de direito público; 2º: os princípios gerais de direito tributário; 3º: a analogia

38) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ao estipular que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna conforme os ditames da justiça social, positivou expressamente o dever de observância a determinados princípios. Entre as opções abaixo, assinale a que contém princípio(s) que NÃO está(ão) exposto(s) como princípios gerais da atividade econômica.

(A) soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor

(B) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; não intervenção; isonomia

(C) redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego

(D) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País

39) O Município de Rio Bonito, com fundamento na Lei Orgânica Municipal de Rio Bonito, possui competência para instituir imposto, EXCETO, sobre:

- (A) vendas a varejo de óleo diesel
- (B) serviços de qualquer natureza não compreendida na competência do Estado e definidos em lei complementar federal
- (C) propriedade predial e territorial urbana
- (D) transmissão *Inter Vivos* a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição

40) Marque a opção CORRETA sobre o Princípio da Anterioridade Tributária Nonagesimal, de acordo com o positivado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os alterou, observado o Princípio da Anterioridade Tributária de Exercício com suas respectivas exceções.
- (B) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro e antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (C) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro e antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os alterou.
- (D) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o Princípio da Anterioridade Tributária de Exercício com suas respectivas exceções.

41) Em determinada entrevista a uma conceituada empresa jornalística, Tício, na condição de entrevistado, ao tratar do tema ordem pública, fiscalização municipal e poder de polícia, atribuiu, falsamente, a Mévio, cidadão de notória popularidade local, a responsabilidade pela prática de crimes contra a ordem pública, tributária e urbana, do Município onde residem.

Existe Responsabilidade Civil dessa Empresa Jornalística?

- (A) Não, pois é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (B) Apenas se não possibilitar e/ou interferir no direito de resposta, proporcional ao agravo.
- (C) Somente se à época da divulgação, havia indícios concretos da falsidade da imputação do crime e o veículo de informação deixou de observar o dever de cuidado na verificação da veracidade dos fatos e na divulgação da existência de tais indícios.
- (D) Sim, pois ao adentrar na temática envolvendo a Administração Pública e suas prerrogativas, submeteu-se à Responsabilidade Objetiva que rege as relações da Administração, razão pela qual torna-se responsável por quaisquer atos praticados pelos seus funcionários e/ou divulgados por suas mídias.

42) Considerando as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), marque a opção CORRETA sobre a definição expressa de agente público para os efeitos da referida Lei.

- (A) Considera-se agente público o agente político e o servidor público; e, ainda, aquele que exerce, transitoriamente, com remuneração, por eleição ou nomeação, qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (B) Considera-se agente público o agente político e o servidor público; e, ainda, aquele que exerce, permanentemente, com remuneração, por eleição ou nomeação, ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos Poderes Executivo e Legislativo, bem como administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (C) Considera-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (D) Considera-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, permanentemente, com remuneração, por meio de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos Poderes Executivo e Legislativo, bem como administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

43) Objetivamente sobre as Cláusulas Pétreas dispostas na Constituição da República Federativa do Brasil, é possível emendá-las?

- (A) sim
- (B) não
- (C) apenas o direito ao voto
- (D) apenas revogando formalmente o já revogado materialmente

44) Com fulcro na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), analise as assertivas a seguir e assinale (V) para Verdadeiro e (F) para Falso.

() O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos da Lei nº 8.429/1992.

() Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas e culposas tipificadas na Lei nº 8.429/1992, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

() O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

() Não estão sujeitos às sanções da Lei nº 8.429/1992 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada, ainda que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.

() Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

- (A) F – V – F – V – F
- (B) V – F – V – F – F
- (C) F – V – F – V – V
- (D) V – F – V – F – V

45) Considerando a necessidade de definição do termo “Agente Público” para a aplicação de distintos diplomas legais, marque a opção CORRETA para os fins da Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações.

(A) Para os fins da Lei nº 14.133/2021, considera-se agente público: apenas o indivíduo que, em virtude de eleição, exerce mandato, em pessoa jurídica da Administração Pública.

(B) Para os fins da Lei nº 14.133/2021, considera-se agente público: indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública.

(C) Para os fins da Lei nº 14.133/2021, considera-se superior imediato: agente público dotado de poder de decisão.

(D) Para os fins da Lei nº 14.133/2021, considera-se agente político: agente público dotado de poder de decisão.

46) Nos termos da Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações, marque a opção que NÃO representa um princípio expresso na referida Lei.

- (A) probidade administrativa
- (B) integração de funções
- (C) desenvolvimento nacional sustentável
- (D) celeridade

47) Marque a opção CORRETA sobre o tema “Desapropriação de Bem Público” nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/1941.

(A) Bens Públicos não podem ser objeto de Desapropriação.
(B) Mediante declaração de interesse social ou utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, exigindo-se autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, e dos Municípios pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados.

(C) Mediante declaração de interesse social, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, exigindo-se autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União, dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados e dos bens de domínio dos Municípios por outros Municípios.

(D) Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, exigindo-se autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados. Será dispensada a referida autorização legislativa, quando a desapropriação for realizada mediante acordo entre os entes federativos, no qual serão fixadas as respectivas responsabilidades financeiras quanto ao pagamento das indenizações correspondentes.

48) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabeleceu princípios e regras acerca da Intervenção do Estado no Domínio Econômico.

Considere as normas constitucionais e marque a opção INCORRETA.

(A) Ressalvados os casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

(B) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

(C) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, dependentemente de autorização dos órgãos públicos, exceto os casos previstos em lei.

(D) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

49) Marque a opção CORRETA, considerando os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos disciplinados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, haja vista que a vida em sociedade se desenvolve a partir desse prisma, seguindo esses preceitos.

(A) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

(B) A locomoção no território nacional é sempre livre, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

(C) É plena a liberdade de associação, independente do caráter da associação, bastando a finalidade lícita.

(D) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, salvo quando a lei exigir.

50) O Município Beta firmou contrato para a prestação do Serviço Público de água e esgoto com a Empresa "X". Essa Empresa causou danos ambientais decorrentes da poluição de rios no referido Município.

Neste caso, o Município Beta possui responsabilidade?

(A) O município é responsável, subsidiariamente, com o concessionário de serviço público municipal, com quem firmou contrato para realização do serviço de coleta de esgoto urbano, pela poluição causada.

(B) O município é responsável, solidariamente, com o concessionário de serviço público municipal, com quem firmou contrato para realização do serviço de coleta de esgoto urbano, pela poluição causada.

(C) O município não é responsável pela poluição causada, desde que ocorra a concessão integral dos serviços, visto que, com a concessão integral, transfere-se a responsabilidade, integralmente, à concessionária, sendo suficiente para afastar a responsabilidade solidária do Município, restando tão somente a responsabilidade subsidiária.

(D) O município não é responsável pela poluição causada, exceto se restar comprovada falha no dever de cuidado e aplicação da Lei na fase licitatória.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA DE REDAÇÃO

- A Prova de redação constará de Texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrito formal da língua portuguesa sobre tema da atualidade, contendo no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas efetivamente escritas.
- A Folha de Textos Definitivos não poderá ser assinada, rubricada nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da Prova de Redação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova.
- A Folha de Textos Definitivos da Prova de Redação será o único documento válido para a avaliação desta. O espaço reservado no caderno de provas para rascunho é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
- A Folha de Textos Definitivos não será substituída por erro de preenchimento do candidato.
- A Folha de Textos Definitivos conterá um cartão numerado e destacável, onde deverá ser feita a assinatura do candidato, de modo a não o identificar. Este cartão numerado será destacado pelo aplicador da prova e depositado em envelope próprio, fornecido pelo Instituto Referência.

O IMPACTO DOS TRIBUTOS NAS ATIVIDADES URBANAS



<https://br.pinterest.com/pin/234539093083601644/>

“As atividades urbanas são todas aquelas que acontecem nas cidades, envolvendo uma grande variedade de ações e serviços que contribuem para o funcionamento e desenvolvimento dos centros urbanos. Estas atividades podem ser de diversos tipos, tais como comerciais, culturais, de lazer, educacionais, entre outras.

É importante ressaltar que as atividades urbanas estão interligadas e se complementam, formando um ecossistema dinâmico e multifacetado. Portanto, é essencial promover políticas públicas que incentivem e valorizem todas essas atividades, garantindo o desenvolvimento sustentável das cidades.”

<https://maestrovirtuale.com/o-que-sao-atividades-urbanas-com-exemplos/>

“De acordo com o artigo 3º do CTN (Código Tributário Nacional), um tributo “é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.” Além disso, o artigo 5º do CTN indica que os tributos podem ser divididos em: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições parafiscais.”

<https://www.agerecontabil.com.br/o-que-e-tributo/>

Com base no texto acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo. Dê um título a seu texto.

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	



CADERNO DE PROVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

1 - Você recebeu do fiscal o material descrito abaixo:

a) Cartão destinado às respostas das questões formuladas na prova;

- Ao receber o Cartão de Respostas, é obrigação do candidato **conferi-lo e assiná-lo**.
- O Cartão de Respostas não poderá ser rasurado, amassado, manchado ou ser feito uso de lápis, borracha ou corretivo e, em nenhuma hipótese, será substituído e terá que ser obrigatoriamente assinado, pelo candidato no local determinado, sob pena de não ser válido para leitura e atribuição de nota.

b) Caderno de prova contendo **50 questões**, cada um apresentando 4 (quatro) opções A, B, C e D sem repetição ou falha que impeça a resolução da questão, tendo no título o nome do cargo ao qual você concorre.

- Confira no material recebido: a sequência da numeração das questões, a paginação (inclusive página em branco) e se o cargo escolhido está correto. Se houver alguma irregularidade, comunique ao fiscal imediatamente. Caso o fiscal não seja avisado, a responsabilidade é do candidato.

2 - A duração das provas será de 4 (quatro) horas.

3 - A maneira correta de marcar o Cartão de Respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta (tinta fixa), fabricada de material transparente, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.

4 - Formas diferentes de marcação farão com que o Cartão de Respostas seja rejeitado pelo processo de correção eletrônica.

5 - Não serão registradas as questões em que houver: falta de nitidez na marcação e marcação de mais de uma opção.

ATENÇÃO: Cartão de Respostas sem assinatura não tem validade.

6 - O candidato só poderá sair levando o Caderno de prova quando faltar 1 (uma) hora para o término da prova. O candidato que se retirar antes de cumprido esse prazo estará abrindo mão voluntariamente do direito de posse de seu Caderno de prova.

7 - O candidato que se retirar antes do prazo mínimo que lhe permita levar seu Caderno de prova, poderá apenas copiar sua marcação de respostas em seu Cartão de Convocação da Prova (CCP). Não será admitido qualquer outro meio para anotação deste fim.

8 - Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer juntos na sala, sendo somente liberados quando o último deles tiver concluído a prova.

9 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **Cartão de Respostas assinado, em seguida **assine** a lista de presença.**

INFORMAÇÕES

- **Tel.:** (22) 3056-7910 das 09h às 12h / 14h às 17h
- **Internet:** www.institutoreferencia.org.br
- **E-mail:** contato@institutoreferencia.org.br

